

ENTREVISTA

Simão Pedro Pinto Marinho: “ Viver é um eterno aprender...”

Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros¹

O professor Simão Pedro tem um longo histórico de dedicação à educação – mineira e brasileira. Graduado em Ciências/História Natural pela Universidade Federal de Minas Gerais (1970), Especialista em Morfologia (1978) e Mestre em Morfologia (1987) pela Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Educação: Currículo, pela PUC São Paulo (1998). Professor titular da PUC Minas Gerais, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação, por cuja coordenação responde atualmente [mandato 2017-2020]. Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Atua como consultor *ad-hoc* de periódicos especializados em educação, nacionais e internacionais, e agências de fomento (CNPq, CAPES). Membro do Conselho de Educação da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

Revista ICH – O Sr. se formou em Ciências Biológicas, fez Mestrado nessa área e doutorado em Educação, no qual desenvolveu a temática dos desafios da incorporação da informática nas práticas escolares. Seu percurso, nas últimas décadas, tem sido de grande militância pela incorporação pedagógica das novas tecnologias. No cenário atual, sua visão é otimista em relação ao que alcançamos nessa área?

Simão Marinho – O impacto das tecnologias digitais de informação e comunicação na vida das pessoas é inegável. Não me parece que alguém possa considerá-las dispensáveis. Todos ou quase todos utilizam dispositivos digitais, principalmente o

¹Professora Adjunta IV da PUC Minas / Departamento de Letras. Editora da Revista do ICH e de Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão, ambas da PUC Minas. Coordenadora Institucional do PIBID PUC Minas.

smartphone, para cotidianamente comunicar-se, buscar informação. Há, para a maior parte das pessoas, quase que uma dependência com relação a tais tecnologias. Por isso fica difícil supor que a escola possa dar-se ao luxo de dispensá-las, até porque, de alguma forma, elas estão nos espaços escolares. Mas ainda não conseguimos explorar o potencial que as tecnologias digitais podem oferecer à escola. Isso se deve principalmente à falta de formação ou a insuficiência da formação dos professores para incorporarem tais recursos em suas práticas pedagógicas.

Trazer as tecnologias para o cotidiano na escola, e fazendo-o principalmente na perspectiva de recursos para a aprendizagem, exige que os professores pensem novas metodologias, planejem novas aulas, construam um novo saber, sobre as tecnologias, enfim, saiam de sua zona de conforto. Mas sair da zona de conforto amedronta. E se o professor puder continuar lá, não querará sair. Terão que ser provocados ou até mesmo induzidos a fazê-lo. Por isso vemos situações tão opostas e que, ao final, geram injustiças, como a presença e utilização das tecnologias digitais na escola pública e na privada. Nas escolas privadas, até mesmo por pressões dos pais, os professores são exigidos, por diretores e coordenadores, a desenvolverem práticas que promovam o uso das tecnologias digitais. E, assim, aqueles estudantes já tão familiarizados com as tecnologias digitais fazem dela mais um uso, na escola. Nas escolas públicas, onde uma possível cobrança por uso das tecnologias digitais não se faz, os computadores envelhecem em laboratórios de informática aos quais os estudantes às vezes sequer têm acesso permitido. A esses estudantes é tirada uma oportunidade para efetivamente integrarem-se a uma cultura digital.

Revista ICH – Com a nova Base Nacional Comum Curricular, o Sr. avalia que o uso pedagógico das novas tecnologias, das novas mídias sociais, tenha assumido novo espaço nas práticas escolares de ensino e de aprendizagem?

Simão Marinho – Por enquanto temos a BNCC apenas para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Mas parece-me razoável admitir que algo que está nela estará na BNCC do Ensino Médio. E uma dessas coisas é exatamente a questão das tecnologias digitais de informação e comunicação.

Na BNCC, muito apropriadamente, se reconhece que a sociedade contemporânea vive uma cultura digital que vem promovendo profundas mudanças

sociais, que são significativas. Como decorrência da maior disseminação das tecnologias digitais, com o maior acesso a elas, os nossos estudantes, jovens e as crianças, estão dinamicamente inseridos nessa cultura. Jovens e crianças não são apenas consumidores de informação nessa nova cultura que instala, eles se tornam autores, desenvolvem um protagonismo, produzindo conteúdos que compartilham no ciberespaço.

No cotidiano dessas crianças e jovens para além dos muros da escola, temos um uso quase frenético. Mas, quando voltamos nossos olhares para a escola, nos deparamos com uma situação que oscila entre o não uso e um uso das tecnologias digitais que ainda agrega poucos valores na formação dos estudantes. Para alterar a situação, precisamos que os professores, seja na formação inicial, seja na continuada, possam se preparar para incorporar as tecnologias digitais em suas práticas pedagógicas. Não é à toa que a Resolução 02/2015, do CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial, em nível superior e para a formação continuada de professores, em seu Art. 2º chama a atenção para a necessidade de que eles tenham domínio e manejo de tecnologias e inovações, o que contribuirá para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Revista ICH – Uma das demandas sociais contemporâneas é **a formação do sujeito numa perspectiva crítica, para uma atuação cidadã**. Vivemos um momento de grande turbulência, no período eleitoral, devido, em grande parte, à disseminação de fake news nas mídias e redes sociais. Como analista dessa esfera da produção e consumo de “produtos” resultantes das TIC (tecnologias de informação e comunicação), qual o desafio para alcançar esse objetivo, que, inclusive, é elencado na BNCC como uma das competências gerais?

Simão Marinho – A forma de enfrentar essa situação passa, a meu ver, pela formação para a cidadania digital, que deve ser entendida como sendo o uso responsável e apropriado da tecnologia. A formação para a cidadania digital, que se integra à formação ampla para a cidadania, é uma tarefa que a escola precisa enfrentar, em ação muito articulada com a família. Mas para que a escola possa dar sua contribuição nessa formação, ela mesma precisa que seus professores sejam cidadão digitais. Não se trata mais de professores usando as tecnologias digitais, incorporando-as às suas práticas,

mas de eles mesmos terem desenvolvido essa, digamos, nova cidadania. Só cidadãos podem formar cidadãos, inclusive para a vida no ciberespaço.

Revista ICH – O Sr. é renomado estudioso das representações sociais como indicadores do posicionamento (e crenças e contingências) tanto de estudantes (graduandos) quanto de docentes. O que seus estudos (e as orientações desenvolvidas de mestrands e doutorandos) têm evidenciado quanto ao papel dessas representações na profissionalização docente – tanto de professores em formação inicial quanto em formação continuada?

Simão Marinho – Com apoio do CNPq e da FAPEMIG, realizamos pesquisas junto a professores da Educação Básica e docentes de licenciaturas, na perspectiva de identificar suas representações sociais sobre as tecnologias digitais na educação escolar. Os professores reconhecem as tecnologias como um elemento importante na aprendizagem na atualidade. Ao mesmo tempo que reconhecem uma necessidade de incorporação das tecnologias digitais no processo educativo, destacam o desafio da formação, que permitirá que estejam preparados para utilizá-las com recurso.

Foi interessante constatar, em uma pesquisa que realizei junto a 145 docentes de licenciaturas, de seis IES públicas e uma comunitária, todas sediadas no estado de Minas Gerais, o reconhecimento de que uma formação para o uso pedagógico das tecnologias digitais é hoje fundamental na formação daqueles que serão professores. E por que foi interessante constatar isto? Exatamente porque esses docentes pouco ou nada estão promovendo para essa formação. A razão para isto quase certamente está no fato de que eles próprios não tiveram formação para uma utilização pedagógica das tecnologias digitais.

Na nossa próxima pesquisa, em projeto que já foi aprovado pela FAPEMIG, buscaremos identificar as representações sociais de estudantes de licenciatura sobre as tecnologias digitais e na formação inicial de professores. Eu diria que com essa pesquisa fecharemos uma tríade. Já temos as representações sociais de professores que atuam na Educação Básica e dos formadores de formadores, ou seja, os docentes de licenciaturas. Com as representações sociais de estudantes de licenciatura, creio que estaremos compondo o mosaico que revela a questão das tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino e de aprendizagem.

Revista ICH – O Sr., docente com larga atuação em vários cursos da PUC Minas (das áreas da Saúde e das Ciências Humanas), sempre tem ocupado espaços de gestão - seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito institucional externo (na esfera estadual). De que forma esses papéis referentes à gestão de políticas educacionais contribuem para (ou ajudam a moldar) a sua prática docente?

Simão Marinho – Sou daqueles que não perdem uma oportunidade de aprender. Cada lugar que ocupei nessa universidade, onde atuo como docente há 45 anos, foi uma sala de aula para a minha aprendizagem. Em cada um desses muitos lugares, docência, chefia de Departamento, coordenação de cursos de graduação e de Pós-graduação *stricto sensu*, aprendi a lidar com diferentes problemas, buscando soluções por mais complicados que fossem. Aprendi fazendo, aprendi errando. Em cada um desses muitos lugares, inclusive na diretoria da nossa Associação de Docentes, aprendi a lidar com pessoas, a desenvolver a capacidade de compreendê-las, cada uma, na complexidade que é a marca do ser humano. Eu não tive o privilégio de ser aluno da PUC Minas, minha formação se deu na UFMG. Mas a PUC Minas se tornou a minha grande escola.

Aqui me preparo na vida para a vida, cada espaço aqui continua sendo uma sala de aula que não abandono. Aprendo com colegas, com alunos, com os gestores desta casa. Envelhecido, chegando aos 70 anos, ainda sou um eterno aprendiz. E, claro, tento mostrar aos meus alunos viver é um eterno aprender, Lembro a eles que, apesar de que chegará o momento no qual a sua formação na PUC se encerrará, a sua aprendizagem jamais acabará. O *lifelong learning*, ou seja, o aprendizado ao longo da vida não é apenas um slogan, é a realidade na contemporaneidade. Mais do que nunca será essencial aprender. Como diz a sabedoria popular, "nunca é cedo ou tarde demais para se aprender".

Revista ICH – Professor Simão, recentemente o Sr. tomou posse no Conselho de Educação da Federação das Indústrias de Minas Gerais. É certamente um espaço de atuação significativo, visto que a relação da educação com a sociedade se faz, historicamente, sempre ligada ao mercado - de produção e de trabalho. Nesse sentido, qual a contribuição efetiva que o Sr. acredita que possa dar às políticas educacionais de MG e, quiçá, do Brasil?

Simão Marinho – Em 2017 comecei um “novo curso da vida”, entrei em uma “nova escola” quando assumi um lugar no Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, onde tenho a honra de presidir a Câmara de Ensino Superior. Na discussão de processos, na elaboração de resoluções e pareceres, nas reuniões de Câmara e do Pleno, com certeza eu aprendo a cada mês sobre a educação no Estado de Minas Gerais.

A FIEMG, por seu Conselho de Educação e Treinamento, é a minha mais nova sala de aula. É muito interessante estar ali. Na verdade, eu estranhei o convite para ser um de seus conselheiros. Na primeira reunião, a de posse, me vi cercado de engenheiros e de pessoal que atua na área da gestão, de pessoas, de negócios, homens e mulheres da indústria. Na impulsividade da senescência, não me contive e deixei claro ao presidente do Conselho de Educação e Treinamento, engenheiro Paulo Roberto Henrique, o meu estranhamento. Mas dele ouvi algo que me deu um sentido da minha presença no Conselho: ele me disse que a FIEMG precisa ouvir aqueles que estão no campo da educação, porque não pode, não deve olhar apenas para as escolas do Sistema S, como SESI e SENAI, mas ver a educação como um todo.

E não posso deixar de destacar que nos debates nas reuniões deste Conselho surgem temas que me surpreendem, eventualmente me assustam, admito, mas que devem estar na pauta de quem pensa quer pensar educação na contemporaneidade. Para ficar em apenas um exemplo, na reunião do mês de novembro, surgiu uma discussão sobre a Indústria 4.0 e as necessidades que ela traz da formação de recursos humanos. Para isto, a EaD assume um caráter importante no processo de formação continuada. E ali fiquei eu pensando no cenário da Indústria 4.0, que corresponderia à Quarta Revolução Industrial, ampliando a automação, com a inteligência artificial, incorporando IoT (*Internet of Things*) e *blockchain*, cada vez mais nas nuvens, com a computação. Ao mesmo tempo eu refletia sobre a nossa escola, 1.0 talvez, um modelo criado para formar pessoas no início do século XX que ainda permanece quando nos aproximamos do final do segundo decênio do Século XXI. E fui imaginando a enorme distância entre o que a escola forma e o trabalhador que a nova indústria, a dos sistemas de produção inteligente exige. Por conta dessa distância, a mão de obra menos qualificada, porque menos educada, perderá empregos, substituída por robôs, capazes de executar com perfeição e sem exaustão, as tarefas repetitivas. Essa realidade, de desemprego pelo desenvolvimento tecnológico, já se constrói, não é coisa para amanhã, e desafia hoje a sociedade e, portanto, a escola. Os conflitos que marcaram o pós-

sociedade da 1ª revolução industrial possivelmente estarão ampliados, os impactos serão muito maiores. E de nada adiantará que venham os novos ludditas.

Revista ICH – Nesta última pergunta, gostaria de lhe solicitar uma avaliação dos rumos da educação brasileira, nesse cenário pós-eleições: na sua opinião, como é o cenário que se anuncia para os docentes brasileiros, tanto da educação básica quanto do ensino superior?

Simão Marinho – Darcy Ribeiro dizia que a crise da educação brasileira era um projeto. Mas eu diria que isto ocorreu e ocorre exatamente porque falta para a educação um projeto de Estado. Particularmente entendo que as nossas mazelas educacionais não serão resolvidas enquanto a educação não se transformar em questão de Estado, ao invés de questão de governo. Projetos de educação não podem durar quatro anos, no máximo oito anos. Projetos de educação precisam de mais tempo, necessariamente devem ultrapassar mandatos.

E você me pergunta dos rumos da educação brasileira, nesse momento histórico, depois de uma eleição presidencial que marcou profundamente nosso país. Meu olhar quer enxergar para além do “pós-eleições”, mas para o “pós-posse”. Como o novo governo não se iniciou, estabelecer um julgamento, qual seja, formar um quadro de referência seria uma irresponsabilidade que não posso me permitir. Claro que, como cidadão, olho para o novo governo que vai se estruturando e, nisto não posso deixar de focar o MEC. Veja que o MEC há alguns dias atrás perderia o ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Mas parece que essa ideia foi abandonada, ao menos por enquanto. Sei que da mesma forma que uma andorinha sozinha não faz verão, um ministro sozinho não faz a educação no país, até porque a maior parte dela acontece sob a égide das administrações municipais e estaduais. Mas é claro que, como professor e como pesquisador no campo da Educação, devo estar atento às diretrizes que emanarão do MEC nesse novo governo e as suas ações.

Eu estava exatamente em Brasília, onde fui fazer uma palestra dentro da Conferência Nacional de Educação 2018, quando, lá pelo horário do almoço, vazou o nome de quem seria o ministro da Educação no próximo governo. Uma pessoa com formação técnica, reconhecido como um estudioso da Educação; uma pessoa a quem eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, há alguns anos atrás, no MEC, onde por

um bom tempo foi consultor. No meio da tarde, esse nome desapareceu, a futura investidura foi negada. A notícia que então circulou era a de que uma determinada bancada no Congresso havia impugnado aquele nome. Eu senti, principalmente por parte de funcionários do MEC que estavam ali no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, antigos conhecidos, amigos, uma frustração com a notícia de que o anunciado não mais seria o titular do MEC. Passou a circular um novo nome, o de um procurador regional da República do Distrito Federal. Mas alguns dias depois vimos um terceiro nome surgir, um docente da UFJF. Nada sei sobre o futuro ministro da Educação, a não ser o que circulou na grande mídia. Para ser sincero, até passei a segui-lo no *Twitter*, como estratégia para conhecer um pouco sobre seu pensamento. Como essas mídias sociais nos permitem conhecer pessoas, não é? Entretanto foi pouco o que pude ver, pois desde 8 de novembro ele nada mais postou ali. Em seu último *post* no *Twitter* o agora futuro ministro convidava para que lessem o que escreveu em seu *blog*. Fui ao *blog*, vi sua última postagem. Nela, antes da eleição, ele falava de seu candidato à presidência da República. Depois, quando tentei voltar ao seu blog, não mais tive acesso; o blog agora está aberto apenas a pessoas convidadas. E como não fui convidado...